

TRAJETÓRIAS INSEGURAS, AUTONOMIZAÇÃO INCERTA: OS JOVENS E O TRABALHO EM MERCADOS SOB INTENSAS TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS*

Nadya Araujo Guimarães
Do Departamento de Sociologia da USP

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a transição para a vida adulta tem uma das suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho. Não somente porque a inserção no mercado de trabalho se constitui num dos momentos privilegiados dessa transição, como porque ela é condição de possibilidade para que outras dimensões da passagem da adolescência à vida adulta se efetivem. Com efeito, os ganhos do trabalho são o esteio da almejada autonomia ante o grupo familiar de origem, facultando a montagem do domicílio próprio e propiciando a independência material requerida para a constituição de família e descendência, outros sinais socialmente relevantes, em nossas culturas, da passagem ao mundo dos adultos.

Evidentemente, as condições em que se dão a transição entre escola e trabalho e, por conseqüência, o início da vida profissional, expressam os contextos históricos e as dinâmicas sociais em que se vive. Entretanto, o senso comum dos analistas por muito tempo asseverou que o ingresso juvenil no trabalho seguia um curso que se iniciava com os vínculos ocupacionais mais frágeis e transitórios, por uma espécie de “multiatividade nômade”, para usar a imagem cunhada por Beck (2000), que antecederia o estabelecimento de um primeiro vínculo mais duradouro. Uma

* Este texto deve muito ao clima alegre de intenso e rigoroso diálogo interdisciplinar propiciado por Ana Amélia Camarano, que pacientemente coordenou os esforços desta publicação. Os meus acertos interpretativos certamente refletem os bons fluidos intelectuais que circulavam em nossas reuniões no Ipea; eles expressam também o diálogo constante com os diferentes membros da minha equipe de pesquisa no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), programa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e que envolve a Universidade Federal de São Paulo (USP), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), onde está sediado. Devo registrar agradecimento muito especial ao apoio de Paulo Henrique da Silva, Marcus Farbelow e Jonas Bicev, decisivo para a preparação dos dados. Por certo, todos os argumentos de alto risco e os equívocos porventura remanescentes são de minha solitária responsabilidade.

espécie de ensaio e erro que refletiria a aprendizagem da procura e a ainda escassa solidez das redes profissionais, configurando um momento no amadurecimento do trabalhador.

Todavia, as mudanças recentes na estrutura dos mercados de trabalho, em especial nos grandes mercados metropolitanos, pareceram estender a parcelas ponderáveis da população ativa um traço que considerávamos como “juvenil”. Fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais tornaram-se moedas correntes num contexto marcado pelo aumento dos patamares de desemprego, pela ampliação do tempo de procura de trabalho e pela recorrência na desocupação. Sendo assim, o que dizer das condições atuais de inserção dos jovens nesses mercados sujeitos ao intenso e recorrente desemprego?

As abordagens que examinam a passagem à vida adulta do ponto de vista da inserção profissional com frequência associam as expectativas em torno do ingresso no trabalho a um outro tipo de evento da trajetória individual: o fim da formação escolar, com a aquisição das credenciais e de uma formação que funcionem como um passaporte para a obtenção da ocupação. Nesse sentido, ingressar no mercado de trabalho seria a continuidade de uma trajetória de saída do sistema escolar, faces de uma mesma moeda, a do processo de individualização, pensando do ponto de vista da autonomização do jovem em relação à família; ou, pensando num sentido mais amplo, do seu processo de autonomização de *status*, se tomarmos o ponto de vista dos elos entre indivíduo e estrutura social (SILVA, 2003).

Ora, sabemos que, no Brasil, duas características muito importantes particularizam essas dimensões do processo de transição: a escolar e a profissional. Em primeiro lugar, os indivíduos ingressam muito cedo no trabalho, o que torna as trajetórias ocupacional e escolar largamente conviventes para a maioria dos adolescentes e jovens – e por que não dizer, em muitos casos, também para as crianças. Em segundo lugar, só muito recentemente crescem os níveis de escolarização. Apenas no curso dos anos 1990, consolida-se a universalização do ensino básico e, no final dessa mesma década, ocorre uma expansão significativa do acesso ao ensino de nível médio. Dessa forma, o ingresso no mercado de trabalho – momento decisivo no processo de transição para a vida adulta – não apenas parece antecipado pelo engajamento laboral de crianças e adolescentes, como apresenta uma importante defasagem com respeito ao alvo de aquisição de credenciais escolares adequadas.

O efeito dessas particularidades que nos especificam torna-se crítico na conjuntura atual, quando os nossos grandes mercados urbanos de trabalho parecem estruturados de forma a ameaçar os trabalhadores jovens com a reprodução duradoura da instabilidade dos empregos precários e da recorrência do desemprego.

Longe de se afigurarem como tormentos da inserção “juvenil” a serem ultrapassados com a maturidade profissional, esses riscos estão presentes na ordem do dia do mercado de trabalho também para grande parte dos adultos. Diante disso, vale indagar, o que se revela como sendo “próprio dos jovens”, no que concerne ao seu modo de inserção no mercado de trabalho no Brasil dos dias de hoje?

Para enfrentar o tema, procurarei, ao longo deste capítulo, dialogar com tipos e níveis de informação diversos. Por um lado, serão mobilizados dados de natureza mais geral. Alguns deles, de tipo sociodemográfico, permitirão inferir sobre mudanças estruturais em curso nas últimas décadas e que parecem conduzir a novos padrões de transição em direção ao ingresso no trabalho no que concerne aos jovens brasileiros. Outras informações, de natureza atitudinal, deixarão entrever o que pensam os jovens brasileiros que hoje vivem esse novo padrão de inserção, as atitudes que expressam com respeito ao trabalho e as expectativas que nutrem sobre as suas chances de inserção profissional.

Por outro lado, recorrerei a informações de natureza mais particular, sobre a realidade do maior mercado metropolitano de trabalho no Brasil, o de São Paulo, de modo a focalizar trajetórias e mecanismos que dão concretude a essas experiências. Por meio de um *survey* retrospectivo, realizado em 2001,¹ serão apontados alguns resultados intrigantes com respeito às trajetórias de jovens, *vis-à-vis* às dos adultos, naquela metrópole.

O leitor poderá estranhar a escolha da região metropolitana de São Paulo (RMSP) como foco de interesse para o desenvolvimento do argumento. Por certo, trata-se de um contexto social bastante particular, e nem de longe pretende-se argüir a possibilidade de usar tais dados para inferir sobre a realidade do país. Todavia, é justamente a sua particularidade que a faz atraente para este tema. Isso porque, como será visto no curso do capítulo, os anos 1990 atingem a RMSP de modo especialmente intenso por colocarem em xeque um modelo de crescimento que, no Brasil, a teve como arauto. Nesse movimento de mudança na dinâmica econômica, foram notáveis os impactos sobre as oportunidades ocupacionais e as chances de inserção, inclusive de jovens, no trabalho.

O capítulo procurará enfrentar o desafio do tema estruturando-se em três seções, incluindo esta introdução. Na segunda, serão sistematizadas algumas informações relevantes para especificar o modo como a transição ao trabalho se dá no momento atual, aproveitando para localizar a especificidade dos processos que

1. Trata-se do *survey* retrospectivo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Mobilidade Ocupacional levado a campo pelo CEM, envolvendo USP, Cebrap e Fundação Seade, e com apoio da Fapesp/Programa Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid), que será descrito em maior detalhe adiante.

têm lugar no nosso mercado de trabalho e que afetam de modo particular a geração que a ele aflui, mais recentemente, em busca de emprego. Expectativas oriundas do debate teórico serão confrontadas seja com dados mais gerais sobre as mudanças nos padrões de transição no Brasil, seja com achados de recente pesquisa com respeito ao que pensam os jovens brasileiros sobre o acesso ao trabalho.

Na terceira seção, serão comparadas trajetórias de jovens e adultos identificadas no *survey* conduzido em São Paulo. Buscou-se analisar os resultados dessas transições tal como os mesmos se expressam em padrões de percursos no mercado, controlando variáveis que parecem ser importantes para entendê-los, como a faixa de idade e a renda familiar desses trabalhadores.

2 A TRANSIÇÃO À VIDA ADULTA: EXPECTATIVAS GERAIS E PARTICULARIDADES DE UM MERCADO DE TRABALHO SOB INTENSA REESTRUTURAÇÃO

Muita tinta acadêmica foi produzida ao redor do entendimento analítico acerca do elo entre “juventude” e “trabalho”.² A primeira grande convergência intelectual a respeito aponta para o reconhecimento de que se trata de um elo socialmente construído. Claude Dubar, refletindo sobre o caso francês, chamou argumentamente a atenção para que, por exemplo:

O “dever de inserir-se” na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um “dado” natural que tenha sempre existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra “inserção” (tanto quanto transição, empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da “inserção dos jovens” que só se tornou um “problema social” e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente.

De fato, e ainda pensando com o caso francês, foi somente no final do século XIX que ganhou sentido social a idéia de uma passagem entre dois estados – de “aluno” para “trabalhador”. Isso porque só então foi institucionalizada, naquele país, a legislação da escolarização obrigatória para todos. Antes disso, os filhos de camponeses, operários e artesãos estavam regularmente ocupados, em diferentes ambientes produtivos, desde a mais tenra idade; não por acaso, Dubar sublinha, foi somente no século XX que, uma vez universalizada a escolarização obrigatória, teve lugar a interdição dessa atividade ocupacional regular. Somente após tal feito é que se tornava cabível um uso socialmente significativo para a idéia de transição

2. Em outra oportunidade (GUIMARÃES, 2005) tratei mais sistematicamente do tema, aqui apenas introdutoriamente colocado.

da escola ao trabalho, porque aplicada, desde então, a uma grande massa de jovens de uma mesma geração, independentemente da sua origem social.

Deslocando a atenção meio século adiante, no período do intenso crescimento capitalista do pós-Guerra e de constituição dos estados de bem-estar, a passagem da escola ao emprego se efetuava, para a grande maioria dos jovens, de modo quase imediato; uma sorte de “passagem pré-programada”, no dizer de Dubar. Tal automatismo retirava qualquer pertinência histórica à própria categoria “inserção”. E não apenas porque os empregos se expandiam, mas porque prevalecia uma estreita correspondência entre os níveis e gradações do sistema de ensino e os níveis e gradações do sistema de classificação das qualificações em vigor no sistema de emprego. A França configuraria um dos mais claros exemplos do que Maurice, Sellier e Silvestre (1982) haviam denominado como um tipo virtuoso de “efeito societal”, que articulava o modo de prover a formação da mão-de-obra (no sistema educativo), o de organizar o uso do trabalho (no sistema produtivo) e o de regular e negociar as relações de trabalho (no sistema de relações industriais).

Entretanto, as gerações que terminaram a formação escolar no curso dos anos 1970 deixam de vivenciar a segurança da “passagem pré-programada” e enfrentam uma situação de “inserção aleatória” (para seguir usando os termos de Dubar), no momento em que se alteram três condições importantes do sistema de emprego (já assinaladas por GIDDENS, 1998): rompe-se a equiparação entre trabalho e emprego remunerado (vigente no contexto patriarcal do “pleno emprego masculino” do pós-Guerra); cai por terra o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (multiplicando-se as formas alternativas de relação de trabalho, como tempo parcial, auto-emprego, trabalho no domicílio, entre outros); e saem de cena os contratos de longa duração, em que o vínculo empregatício “casa” o trabalhador a um mesmo empregador por toda (ou quase toda) a sua vida produtiva – de sorte que o emprego deixa de ser uma salvaguarda para o desemprego. Assim, as mudanças no conteúdo do trabalho e a veloz obsolescência de competências no contexto das sociedades de informação (CASTELLS, 1996) afetam igualmente as chances das carreiras sólidas que se constituíam duradouramente por toda vida ocupacional.

Tornado, assim, “objetivamente disforme” (nos termos de OFFE, 1989) ou “despadronizado” (no dizer de BECK, 1992, que cunha a expressão *destandardization of labor*), o trabalho – ou a inserção no trabalho, para seguir nos termos precedentes – passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente

institucionalizados. A individualização decorrente põe nos ombros do trabalhador, jovem ou adulto, a responsabilidade de enfrentar todas as incertezas e novos riscos, enquanto gerenciador solitário do seu próprio percurso (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002).

É certo que, na contramão do entendimento dominante, uma parte da literatura argüía que, mesmo ao longo dos assim chamados “Trinta Anos Gloriosos” (entre o pós-Guerra e o final da década de 1970), nem tudo eram flores para os jovens. De fato, a incerteza que hoje contamina as trajetórias profissionais dos trabalhadores “maduros” era destacada, desde então, como uma característica dos percursos ditos “juvenis”, tanto nos momentos de auge como nos de retração cíclica da oferta de empregos.

Na condição de “recém-chegados” ao mercado de trabalho, normalmente eximidos da responsabilidade da chefia do grupo familiar (e da função de provedor que a ela se associa), os jovens expressavam uma grande rotatividade (não apenas entre as situações de emprego e desemprego, mas entre as de atividade e inatividade), na busca do “emprego certo”. Todavia, conforme esse diagnóstico formulado já ao final dos anos 1970, tal dinâmica de intensa transição ocupacional (associada ao chamado desemprego juvenil), tendia a se tornar menos freqüente na medida em que se atingia a idade adulta (OCDE, 1980).

No novo contexto de precarização de vínculos e de crescimento do desemprego de longa duração, autores destacados (como GORZ, 1997; ou CASTEL, 2001) sugeriram que os jovens passaram a desenvolver uma relação específica com o trabalho. Ante a intensidade da incerteza e transitoriedade dos contratos, que fez do desemprego juvenil o principal componente do recente fenômeno do chamado “desemprego de massa”, os jovens teriam reagido antecipando uma mutação cultural que estaria (para o conjunto da sociedade) apenas prenunciada enquanto horizonte. Antecipando o fim da centralidade do trabalho, assumiram a condição de “exilados do trabalho”, como os qualifica Gorz, antes mesmo que essa mutação se impusesse de modo socialmente mais amplo.³

Em resumo, estava criado o paradoxo entre um destino (ainda) socialmente esperado – que codificava a passagem à vida adulta como um movimento que, começando na família, estendia-se à escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e com a participação política – e as suas (escassas) chances de realização para parcela não-desprezível das novas gerações. Essa parece ser uma segunda convergência intelectual importante nesse campo.

3. Argumentos como esse mostram como os nexos entre experiências e representações, e entre estas e os modos de agir, passaram a ser importantes para as ilações teóricas sobre juventude, trabalho e exercício da cidadania.

Essa literatura, fortemente devedora dos debates da sociologia do trabalho, compartilha sua perplexidade com as abordagens que tomam como inspiração a perspectiva do ciclo de vida. Nelas, “a transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais, na primeira infância, à assunção plena dos papéis sociais de adulto” (HASENBALG, 2003). Entretanto, a forma como o mercado de trabalho vem se reestruturando põe em risco tal movimento de autonomização de *status*, central no ciclo de vida. Somente se desligando progressivamente da família, o jovem adquiriria um *status* social próprio, possibilitado justamente pelo acesso ao trabalho regular e ao rendimento dele decorrente, que lhe dariam as condições para se tornar um provedor autônomo da própria sobrevivência e do grupo familiar que viria a constituir (SILVA, 2003).

É certo que parte da reflexão acadêmica já destacara a importância explicativa do modo pelo qual se institucionaliza o sistema escolar e como este se relaciona com o mercado de trabalho. A facilidade da transição escola-trabalho dependeria, então, não apenas de características do indivíduo, ou da estrutura e funcionamento do mercado de trabalho, mas também, e em grande medida, do modo como estão organizados os sistemas educativos nas diferentes sociedades. Modelos que promovem a formação específica, técnica, com terminalidade, são um caminho possível e permitem um tipo de engajamento profissional que provavelmente diferirá em muito de modelos de sistemas escolares que almejam dotar os jovens de uma formação generalista, a ser completada fora da escola, por novos diplomas específicos ou com o treinamento no posto de trabalho. Esse é um fator de primeira hora para se entender a diversidade das formas de transição em sociedades distintas e talvez possa se constituir numa terceira convergência analítica importante nesse campo (ROSENBAUM; KARIYA, 1989; KERCKHOFF, 1990).

Shavit e Müller (1998) sistematizaram a reflexão sobre essas duas grandes vias de institucionalização. A primeira delas estaria voltada para assegurar educação dirigida a habilidades específicas, do tipo técnico-profissionalizante, cunhando nos seus egressos pretensão e identidades profissionais, até porque se sustentaria numa estreita relação entre escola e empresa. A arquitetura institucional alemã parece se aproximar desse primeiro modelo típico, no qual as coortes ingressantes no mercado de trabalho apresentam sempre uma elevada presença de indivíduos egressos do sistema vocacional, que se direcionam para os empregos qualificados de tipo manual, enquanto o circuito universitário acolhe apenas a elite de melhor desempenho. Diferentemente dessa, uma segunda modalidade típica enfatizaria as habilidades acadêmicas gerais. Nela os vínculos entre escola e trabalho seriam mais fracos e o treinamento profissional – muitas vezes *on the job*, mas certamente

pós-escolarização formal – faria a ponte propiciadora da inclusão. Os Estados Unidos são referidos por esses autores como exemplo típico desse segundo modelo, do qual parecemos nos aproximar. Assim sendo, variando o modo de institucionalização do sistema escolar, a forma de inserção em (e de pressão sobre) postos de trabalho pode também variar significativamente.

No modelo generalista, ao qual parecemos estar engajados no Brasil, os empregadores vêm nas credenciais escolares pistas quanto aos seus prováveis custos adicionais de incorporação do trabalhador (dados os treinamentos suplementares requeridos, a socialização complementar porventura necessária etc.), e não exclusivamente os indicadores das suas qualificações específicas. Portanto, tais credenciais servem antes para ordenar as filas de demandantes de trabalho, os quais são, por isso mesmo, instigados a adquirir (sempre e mais) formação complementar; pois só assim podem alterar sua posição na disputa por postos de trabalho. Os efeitos perversos de sobreoferta de titulados e de desvalorização de credenciais, bem como de deterioração das chances para os menos educados são sentidos nesse tipo de modelo (SHAVIT; MÜLLER, 1998), e os sentimos entre nós (HASENBALG, 2003).

Uma quarta (e última) convergência diz respeito à suposta idéia de que o ingresso no mercado de trabalho segue-se à finalização de certa formação escolar, considerada socialmente mínima e, por isso mesmo, adquirida de modo compulsório. Ora, nem de longe é esse o caso no Brasil (BARROS; MENDONÇA; VELAZCO, 1994; CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001). Hasenbalg (2003), em estudo mais recente, chama a atenção – e sistematiza informações instigantes – quanto a duas especificidades brasileiras: o acesso muito precoce ao trabalho e, conseqüentemente, a persistente superposição entre escola e trabalho. Essas características afetam o modo de colocar-se o tema da transição, já que o ingresso precoce na atividade ocupacional põe por terra o elo esperado entre inserção profissional e transição à vida adulta, evidenciando a sobreposição entre fenômenos que se costumava entender como contíguos.

De fato, refletindo sobre as escolhas entre estudo e trabalho feitas por crianças e adolescentes brasileiros de 10 a 19 anos, Hasenbalg observa três momentos (1981, 1990 e 1999), à luz da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), concluindo que não apenas se verifica uma tendência à universalização do acesso à escola nas faixas etárias mais jovens,⁴ mas que os aumentos mais céleres ocorreram justamente na faixa de idade dos 15 aos 19 anos, testemunhando a melhoria na

4. O autor documenta que, na faixa dos que têm até 13 ou 14 anos, as proporções dos que estão na escola ultrapassam sistematicamente os 90% se observadas em 1999, marco final do período analisado.

capacidade de retenção do sistema escolar. Entretanto, é também aí que se localiza o grupo dos jovens que mais trabalham.

Ainda segundo o autor, se a vigorosa expansão educacional dos anos 1990 reduziu a proporção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho – e o fez para todas as idades –, não devemos perder de vista que o crescimento das taxas de desemprego e a queda na qualidade dos postos de trabalho, processos concomitantes, também são fatores que podem explicar tal redução. Ainda com os dados da Pnad, vemos que, se a crise dos anos 1980 duplicou a taxa de desemprego dos que estavam na faixa dos 15 aos 19 anos, entre 1990 e 1999 essa taxa triplica, alcançando a casa dos dois dígitos. Mais séria ainda (HASENBALG, 2003, p. 153) é a constatação de que a maioria dos jovens de 15 a 19 anos atraídos para o mercado de trabalho sequer logrou completar os oito anos de escolaridade mínima obrigatória.

Comparando a dedicação ao estudo e ao trabalho, Hasenbalg afirma que a proporção de crianças e adolescentes exclusivamente concentrados na formação escolar decresce sistematicamente com a idade; entretanto, essa queda é ainda mais acelerada a partir dos 15 anos, apesar dos ganhos de retenção do sistema escolar a que havíamos feito referência. Complementarmente, aumenta, para todas as idades, o contingente daqueles que estudam e trabalham. O preocupante é que esses jovens completam menos anos de estudos e apresentam maior atraso escolar em relação aos que se dedicam exclusivamente a estudar. Em compensação, nos 20 anos observados, minguou o grupo daqueles que, tendo ingressado precocemente no mercado de trabalho, abandonaram a escola. Essa significativa redução, mesmo entre os adolescentes, favorece o argumento de ampliação da capacidade de inclusão do sistema escolar. No entanto, deve-se assinalar que rapazes e moças participavam diferenciadamente desse contingente: em 1981, nada menos que 2/3 do grupo eram formados por garotas, insuladas no trabalho doméstico. Esse quadro muda ao longo dos anos subsequentes, seja pelo prolongamento mais notável da escolaridade feminina, seja pelo ingresso de meninas no mercado, de sorte que, em 1999, os rapazes já representavam perto de 53% do contingente dos que nem estudavam e nem estavam trabalhando (HASENBALG, 2003, p. 155). Nos dados coligidos por Hasenbalg, para os 20 anos compreendidos entre 1981 e 1999, é ainda notório o elo existente entre, por um lado, essas distintas formas de combinar trabalho e estudo e, por outro, a posição e os recursos familiares no sistema de estratificação social.

Esse conjunto de evidências reitera a importância de entender-se a transição como um processo aberto, sem um direcionamento ou caminho preestabelecidos, que comporta padrões múltiplos quanto às formas de passagem entre as suas várias

dimensões constitutivas. No que se refere ao engajamento no trabalho, esses padrões, como vimos, variam entre sociedades num mesmo momento de tempo e entre grupos sociais numa mesma sociedade.

Mas eles também variam entre gerações numa mesma sociedade. Os dados de Hasenbalg já citados são em muitos aspectos convergentes com os achados apresentados por Camarano, Mello e Kanso, no capítulo 2 deste livro, notadamente ilustrados nos seus gráficos 1, 2, 9 e 10. Neles as autoras acompanham os eventos ao longo do ciclo da vida, delimitando fases, temporalidades e seqüências a partir da observação de homens e mulheres flagrados em dois momentos, 1980 e 2000; para isso, usam dados dos censos demográficos. Retorno a esses dados para comparar o *timing* do movimento entre os eventos, com foco no momento da transição de ingresso ao trabalho.

De imediato, observa-se que rapazes e moças vivem, no Brasil, padrões de transição ao trabalho que os diferenciam fortemente entre si, confirmando a literatura no tema e reiterando os achados de Hasenbalg. Assim, sabemos que os primeiros se inserem mais precocemente que as últimas. O interessante a ressaltar, a partir dos achados de Camarano, Mello e Kanso, é que, enquanto para as moças o momento de maior inflexão na curva de crescimento da atividade econômica coexiste com outros importantes eventos na transição para a vida adulta (como são a constituição do domicílio e a maternidade), entre os rapazes é mais largo o hiato de tempo que separa o momento em que se atinge mais intensa atividade no mercado de trabalho e o momento em que se decide casar ou estabelecer residência própria.

Todavia – e novamente com apoio nos dados proporcionados pelo capítulo 2 – a geração dos jovens brasileiros flagrados pelo Censo de 2000 mostra importantes diferenças na temporalidade dos seus eventos, se comparada à geração dos que foram flagrados pelo Censo de 1980. Assim, entre as jovens interrogadas pelo Censo de 1980 e aquelas flagradas pelo de 2000, parecem evidenciar-se sinais de uma transição um pouco mais tardia ao mercado de trabalho, que se sustenta num significativo ganho educacional, expresso no crescimento do tempo de permanência na escola. Ademais, nota-se a intensificação do ingresso no trabalho das jovens de 15 a 19 anos. Também se destaca a permanência feminina na atividade econômica, num movimento ainda mais significativo por ocorrer naquelas idades em que elas já constituíram domicílio próprio e/ou iniciaram a carreira reprodutiva.

Entre os rapazes, são igualmente importantes as mudanças que diferenciam as gerações que faziam a transição de ingresso ao trabalho nos anos 1980 ou duas décadas depois, em 2000. Como entre as moças, há um significativo ganho educacional, expresso tanto no tempo de permanência na escola, como no número de

garotos, adolescentes e jovens que nela se mantêm. Por isso mesmo, entre eles, a transição escola/trabalho parece fazer-se, nos anos 2000, com um pouco mais de idade e maior capital escolar. Apesar disso permanece, para os rapazes, o hiato de tempo importante entre esse movimento de entrada no trabalho e aquele outro de constituição de domicílio independente e de formação de família. A novidade indesejada verificada nos anos 2000 concerne à convivência extemporânea entre saída do mercado de trabalho e saída do ciclo da vida que, como veremos no capítulo 10 deste livro, se associa à morte por causas externas, na maioria das vezes violentas.

Essa pluralidade de caminhos de ingresso no trabalho, típica dos processos abertos, é a pista para o entendimento das diferenças na dinâmica dos eventos do ciclo da vida, que particulariza grupos de jovens no interior de uma mesma sociedade, e que certamente está também ligada a características de classe, regionais e étnico-raciais, além das diferenças de sexo já sublinhadas. Perscrutar tais diferenças corresponde, por certo, a um caminho de inegável valor heurístico para dar sustentação à noção de “juventudes”, notadamente pelo que essa pode sugerir quanto a modos de viver e de representar o vivido. Senão vejamos.

Analisando dados de pesquisa atitudinal realizada em 2003 com amostra representativa dos jovens brasileiros,⁵ pude observar (GUIMARÃES, 2005) que, contrariamente ao que poderia esperar certa literatura sociológica mais recente, o trabalho constituía elemento-chave nas percepções dos jovens então entrevistados. Longe de estar se tornando “subjetivamente periférico”, ao tempo em que se mostrava “objetivamente disforme” (para usar as provocativas palavras de OFFE), 1989, p. 17), o trabalho – ou, mais precisamente, a ausência dele – parecia ser um elemento importante a organizar o imaginário da juventude brasileira.

Por certo, tal importância não se expressava de forma unívoca. Desse modo, se tomássemos o plano normativo e considerássemos os jovens que entendiam a “dedicação ao trabalho” como o mais importante valor a preservar, eles eram um grupo claramente minoritário (6%).⁶ Entretanto, não deixava de ser muito interessante a homogeneidade do seu perfil: assim pensavam os que tinham ou haviam tido trabalho regular (notadamente formal); os rapazes, principalmente na faixa de 18 a 20 anos; e sobretudo os jovens mais escolarizados (com educação superior).

5. Trata-se do *survey* intitulado *Perfil da Juventude Brasileira*, patrocinado pela Fundação Perseu Abramo que entrevistou, entre 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, uma amostra de 3.501 jovens, com idades variando entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União. Dados dessa pesquisa estão apresentados em detalhe e sob diversos pontos de vista em Abramo e Branco (2005).

6. O pequeno número (6%) deve ser tomado em seu contexto: as respostas com maior adesão apontavam para a importância de valores religiosos, expressos sob a forma do “temor a Deus” (mais recorrente) ou da “religiosidade” que, juntos, perfaziam 27% das respostas.

Todavia, quando interpelados com respeito a suas preocupações e interesses, aí sim o trabalho passava ao centro da cena. Ele se destacava entre os assuntos atuais de maior importância para a juventude brasileira (17% colocaram-no em primeiro lugar, ombreado com a “educação”). Estava também entre os problemas que mais os preocupavam (26% das respostas, dividindo o primeiro lugar com os problemas ligados à “segurança”). Reaparecia entre as urgências que nossos jovens resolveriam, na própria vida ou no mundo atual, se lhes fosse dada a capacidade de fazê-lo “num passe de mágica” (o trabalho era a terceira mais importante, com 12% das indicações, atrás apenas da “violência” e da “miséria”). E, finalmente, lá estava novamente citado entre os problemas atuais mais importantes que, segundo os entrevistados, afligiam o Brasil: o “desemprego” mostrou-se o desafio número um para a nação, campeão em importância na agenda, com 30% das respostas dos jovens. Não creio que seja descabido interpretar “a nação” como uma espécie de “eu generalizado” no qual se espelhava (e por meio do qual se exprimia) a angústia de cada um. Não sem razão 75% dos jovens alcançados pela pesquisa se disseram “muito preocupados” por haver um grande risco de caírem no desemprego.⁷

Isso me levou a arriscar a hipótese de que, na configuração flagrada pelas respostas obtidas naquela oportunidade,

[...] a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar [...]. Diria que é, sobretudo, enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade no coração da agenda, para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca (GUIMARÃES, 2005, p. 156).

Todavia, tão interessante quanto o achado que parece apontar para uma hipótese de convergência, de senso comum partilhado por esses jovens brasileiros, é igualmente promissor focar a atenção em fontes explicativas da variada força da vigência desses entendimentos, entre grupos sociais, a qual está também aparente nos resultados da pesquisa. Essa dispersão dá a pista para intuirmos a diversidade das experiências vividas. Assim, os jovens desempregados e aqueles à procura de trabalho foram justamente os que mais se destacaram na ênfase com que indicavam “o emprego” como a necessidade a ser resolvida com urgência tal que só mesmo o

7. Desse modo, é eloqüente que, quando perguntados sobre qual a principal urgência a enfrentar para “pôr o Brasil nos trilhos”, o desemprego ultrapassa todas as outras indicações, até mesmo “a violência”, com 30% de manifestações dos jovens ouvidos pela pesquisa.

recurso ao sobrenatural (“o passe de mágica”) facultaria alcançar o desejado. Para os de maior escolaridade e rendimento, notadamente entre os rapazes, “a miséria” era o alvo a reparar, também “num passe de mágica”. Já as mulheres se mobilizaram intensamente, e em quase todas as faixas de idade, por extirpar “a violência”.

Entretanto, complementando a representação do trabalho como uma necessidade, percebe-se um terceiro sentido no imaginário dos jovens pesquisados em 2003: o do trabalho enquanto um direito. Quando indagados sobre “o que lhes vem à cabeça” ao se falar em cidadania, um grupo significativo de jovens remeteu à cesta dos direitos ditos “sociais” (com 21% das respostas); dentre esses, destacava-se o “direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão” (com 11% das respostas). Revelou-se curioso que os jovens com elos com o trabalho regular, isto é, com a parcela do mercado de trabalho regida por uma norma salarial, e que se beneficiavam, assim, dos direitos a ela associados, foram justamente aqueles que endereçaram o conteúdo da noção de cidadania aos direitos associados ao trabalho e ao exercício profissional. Segunda curiosidade: era igualmente significativa a distância entre a quantidade daqueles que remetiam a noção de cidadania ao direito do trabalho e aqueles que a associavam a outros direitos sociais, também importantes para os jovens, como educação, moradia, saúde, alimentação etc.

Interpelados, enquanto cidadãos, sobre aquele direito que gostariam de ver atendidos em primeiro lugar, novamente os jovens destacaram os direitos sociais (agora em primeiro lugar, com 38% das respostas). E, dentre esses, outra vez em primeiro plano, o direito ao trabalho (com 15% das respostas). Mais uma vez os que estavam trabalhando (15%), notadamente no mercado formal (18%), ou os desempregados que já trabalharam (15%), e especialmente em empregos formais (15%), foram aqueles que se reconheceram como sujeitos desse direito. Vale dizer que entre os que tinham passado pela experiência do trabalho assalariado, regular e protegido, o trabalho mostrava-se central por seu sentido de “um direito”.

O conjunto de evidências até aqui alinhadas aponta para a importância, tanto macrossocial quanto individual, tanto estrutural como subjetiva, da experiência vivida pela atual geração de jovens brasileiros no que concerne ao movimento de autonomização de *status* via inserção no trabalho. Custosa, marcada por percalços, tal transição parece estar sendo desafiada por um contexto de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que torna o provisório e transitório ensaio e erro (da assim chamada busca “juvenil” por uma adequada inserção) uma sorte de fado generalizado e de inquietante duração. Retomando os dizeres de Beck (1992) ou de Beck e Beck-Gernsheim (2002), num contexto de crescente “despadronização”, o decorrente movimento de “individualização” tem transferido ao trabalhador a

responsabilidade de encarar as crescentes incertezas e riscos, tornando-o um gerenciador do próprio percurso. Ora, quando o curso da vida ocupacional periga replicar, num moto perpétuo, as recorrentes transições da juventude, qual a diferença entre trajetórias de jovens e de não-jovens?

A seguir, serão explorados indícios das trajetórias de jovens em busca de emprego, abordando dados de recente pesquisa que conduzimos na RMSP, maior mercado metropolitano brasileiro e, como todas as metrópoles, território do desemprego e das incertezas no mercado de trabalho. Por isso mesmo, um lócus privilegiado para observar e conjecturar sobre algumas das questões deixadas na reflexão antecedente.

3 TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS: QUANDO JOVENS E ADULTOS SE DEFRONTAM COM O DESEMPREGO RECORRENTE

São Paulo bem tipifica momentos decisivos às mudanças sociais vividas no Brasil a partir da segunda metade do século passado. A sua configuração atual de maior metrópole brasileira consolidou-se graças à dinâmica econômica e ocupacional do pós-Guerra, que deslanchou um célere processo de urbanização, escudado no intenso crescimento da atividade industrial, na ampliação das oportunidades ocupacionais em base ao trabalho assalariado, que recolhia e incluía significativa massa de recém-chegados ao mercado, fossem eles nativos ou provindos de outras regiões (do país ou de fora dele), não importando a condição de sexo, étnico-racial ou de idade. Foram tempos regidos por um dinamismo econômico pautado na inclusão social pela via do mercado de trabalho.

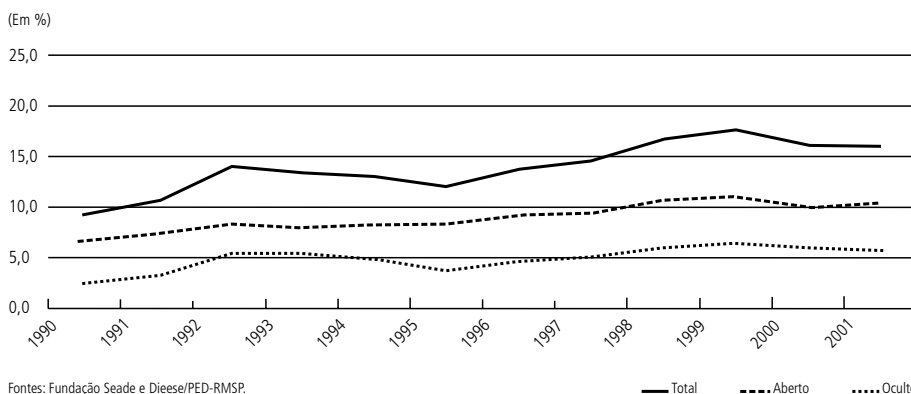
Silva (2003), Scalón (1999), Pastore e Silva (2000), Hasenbalg e Silva (2003), Costa-Ribeiro (2002) e todos os demais sociólogos que se debruçaram sobre as mudanças na estrutura social brasileira ocorridas ao longo do século passado, são unânimes em apontar para o fato de que a fluidez então apresentada pelo sistema de estratificação adveio do efeito desse intenso processo de urbanização. Ele propiciou um tipo de mobilidade social fundado na integração de importantes contingentes populacionais às formas de atividade produtiva que se exerciam no espaço público e urbano. Por certo, e como muito bem o demonstraram os estudos de Amadeo et al. (1993), Dedecca e Brandão (1993), Dedecca e Montagner (1993) e Urani (1995), tal integração se fazia sob a égide de um padrão de uso extensivo e flexível do trabalho, que se tornava especialmente visível nas conjunturas de crise e refluxo da atividade econômica, quando a possibilidade de regulação via oferta de força de trabalho (volume de emprego e massa de rendimentos) mostrava toda virtualidade.

Os anos 1990 foram um momento de inflexão. Disso deram testemunho tanto os estudos socioeconômicos sobre reorganização da atividade produtiva e

das formas de uso do trabalho (CARDOSO, 2002; GUIMARÃES, 2004), quanto as análises sociodemográficas sobre estrutura e mobilidade sociais (PASTORE; SILVA, 2000; HASENBALG; SILVA, 2003). Essa inflexão tem como seus indicadores mais sensíveis as condições de operação do mercado de trabalho e notadamente o movimento do desemprego (COMIN, 2003; MONTALI, 2004); tais indicadores mostram-se mais desconcertantes quando fixamos a atenção naquelas metrópoles que mais haviam se beneficiado do padrão anterior (DEDECCA; MONTAGNER; BRANDÃO, 1993). Por certo, São Paulo se constitui na mais destacável dentre elas, exatamente pela expansão umbilicalmente aderida ao modelo de crescimento que foi posto em xeque com as mudanças macroeconômicas e microorganizacionais que se condensaram a partir dos anos 1990. Com efeito, essa região metropolitana concentrou o comando sobre o coração da indústria, que se reestruturava *pari passu* com os novos padrões de inovação e de competitividade associados à integração a cadeias produtivas globalizadas, conseqüente à “abertura econômica” do início daquela década .

Ao longo desse período, os novos investimentos mudaram a geografia industrial brasileira, desconcentrando ativos, ao tempo em que consolidaram e modernizaram antigas plantas no *brownfield* paulistano, exorcizando o fantasma da desindustrialização (MATTEO; TAPIA, 2003). Mas o efeito devastador sobre o emprego fez-se nítido justamente ali onde ele fora mais importante. Dois indicadores dão disso um sinal eloqüente: a evolução, ao longo dos anos 1990, das taxas de desemprego (gráfico 1) e do tempo de procura de trabalho (gráfico 2), que ilustro aqui na forma como medidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), inquérito amostral realizado mensalmente na RMSP.

GRÁFICO 1
São Paulo: evolução da taxa de desemprego – anos 1990



A taxa de desemprego em São Paulo, como nas demais metrópoles, galga e consolida-se num novo patamar no curso desta década. Variando a metodologia varia o valor da taxa; não obstante, a mudança de padrão (e isso é o que importa aqui) fica transparente qualquer que seja a forma de captura da informação: o desemprego passa a apresentar uma tendência ao sistemático crescimento, mesmo se o nível de emprego ainda responde fracamente ao movimento cíclico da atividade econômica. Sistemático, mas seletivo: por sexo (atingindo fortemente as mulheres), idade (os jovens e os mais maduros) e posição na família (especialmente os cônjuges femininos).

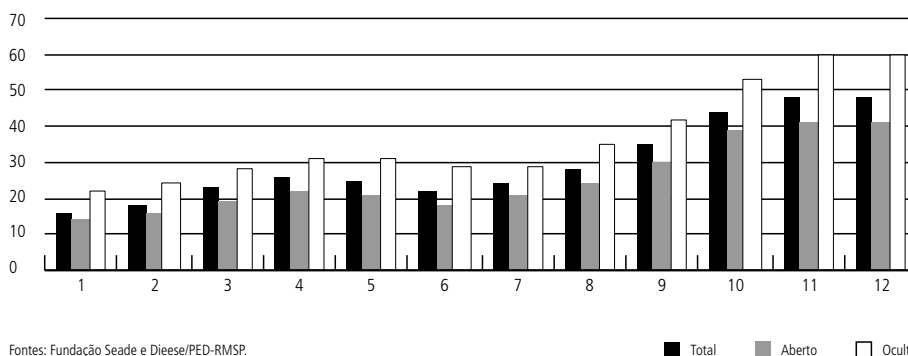
E se observarmos a evolução não apenas das taxas (como no gráfico 1), mas do ritmo de crescimento destas, a forma de desemprego que mais cresce é justamente a que se oculta no trabalho precário, vale dizer, aquela que se localiza na tênue fronteira entre ocupação e desemprego. Significativamente, ela é também a que se mostra mais sensível ao movimento cíclico da atividade econômica.

Nesse contexto, a procura de trabalho também se torna mais árdua, alongando-se o tempo a ela dedicado (gráfico 2), que novamente se mostra mais intenso entre os indivíduos classificados como em desemprego oculto por alguma forma de trabalho precário.

GRÁFICO 2

São Paulo: evolução do tempo de procura de trabalho – anos 1990

(Em semanas)



As nossas indagações de pesquisa formuladas no alvorecer dos anos 2000 procuraram explorar os processos correlatos a esses dois achados, a saber: quando o tempo de desemprego se alonga e a procura se torna mais árdua, num contexto em que as transições entre ocupação e desocupação ou entre trabalho regular e

trabalho precário pareciam se intensificar, que dizer das trajetórias que perfaziam os indivíduos nesse mercado em mudança? Que se passava com os padrões de transição entre situações no mercado de trabalho? Poder-se-ia inferir padrões de trajetória típicos de grupos sociais específicos? Qual o peso dos indivíduos que permanecem duradouramente desempregados? Quem são eles?

Para enfrentar tais indagações fez-se mister explorar novas metodologias de tipo longitudinal. Por isso, um questionário suplementar foi concebido e integrado à PED, de modo a investigar eventos no mercado de trabalho de uma mesma amostra representativa dos indivíduos em idade ativa na RMSP. O levantamento foi a campo entre abril e dezembro de 2001 e pesquisou cerca de 27 mil domicílios, gerando uma base de informações sobre 53.170 indivíduos com 16 anos e mais, limite de idade justificável pela retroação que recobria eventos ocupacionais a partir do ano de 1994 (tomando-se o Plano Real como referência para melhor organizar a memória dos respondentes).⁸ A cada um dos entrevistados, indagou-se sobre uma seqüência de eventos ocupacionais que poderia caracterizar o seu percurso recente no mercado paulistano de trabalho: esses eventos foram descritos e localizados no tempo, de sorte que para cada entrevistado foi possível recompor um calendário mensal para dar conta da sua situação *vis-à-vis* o mercado de trabalho durante o período 1994-2001.⁹

Esse rico material empírico foi inicialmente explorado de modo a inferir padrões de trajetórias mais típicas dos paulistanos no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2003, 2004). Retomo aqui, e de modo muito breve, os principais achados, de modo a documentar a primeira parte do argumento que sustenta a reflexão nesta seção, a saber: tal como estruturado, o mercado de trabalho paulistano parecia generalizar, para a maioria significativa dos indivíduos ativos que nele se localizavam, o que se esperaria como característica dos jovens, ou seja, um trânsito intenso entre situações ocupacionais. Esse fazer e refazer de vínculos seria, por certo, mais próprio a quem perscruta as condições de inserção no trabalho que aos que carecem mantê-la compulsoriamente. O gráfico 3 sintetiza os primeiros resultados encontrados para o conjunto dos ativos na RMSP.

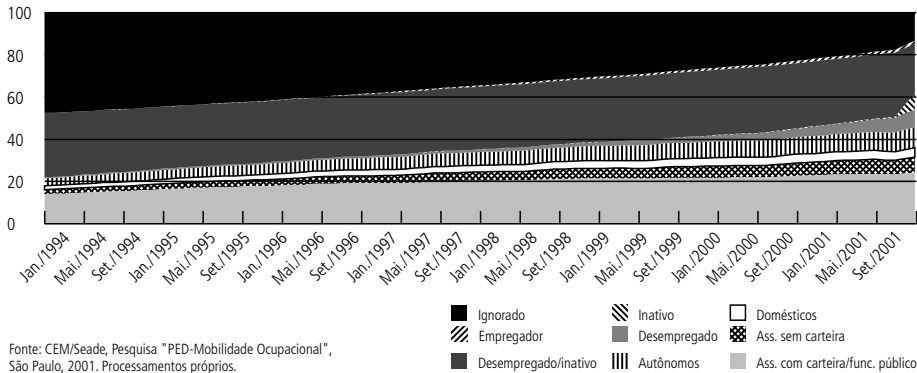
8. Os entrevistados tinham a seguinte situação ocupacional no momento da coleta: 28.189 deles estavam ocupados, 6.627 desempregados e 18.354 inativos.

9. Assim, os ocupados descreveram, localizando no tempo, a ocupação atual, a anterior e a precedente a esta considerada por eles como a mais importante para descrever os oito anos contados a partir de 1994; os que se encontravam desempregados ou na inatividade no momento da coleta descreveram a ocupação anterior à presente situação de desemprego (ou inatividade) e a que lhe fora precedente e que fosse por ele considerada a mais importante para melhor descrever o período. Mecanismos de procura habitualmente utilizados, formas de acesso à ocupação que se mostraram efetivas e dificuldades encontradas para obter trabalho foram também investigados, além, naturalmente, de todas as questões de *background*, individual e familiar, que compõem o questionário básico da PED. Para maiores detalhes, ver Guimarães (2006).

GRÁFICO 3

São Paulo: situação ocupacional do entrevistado entre janeiro de 1994 e abril de 2001

(Em %)



Neste gráfico, dois aspectos chamam a atenção:

a) A conjunção entre o assalariamento regular, com carteira assinada e direitos a ele associados (que alcança no máximo 25% dos casos), e o desemprego aberto (ao redor de 8% dos entrevistados a cada momento) deixam de fora, em média, 3/4 dos casos.¹⁰ Já as situações “de fronteira”, como aquela em que o indivíduo transita, numa “zona cinzenta”, entre o desemprego e a inatividade (que sozinha alcança em média 30% dos casos) são bem mais significativas em termos numéricos.

b) O estrato denominado “ignorado” apresenta um peso destacável e, com o passar do tempo, sua importância se eleva. Que significa tal estrato? Dado que se indagara sobre apenas três eventos prévios (e não exaustivamente sobre toda a trajetória), quanto mais intensas fossem as transições ocupacionais,¹¹ menor seria o tempo vivido em cada situação e, por extensão, maior o risco de termos lapsos de tempo não-recobertos pela informação coletada. Ou seja, havia uma parcela importante de indivíduos para os quais era tão escassa a duração dos eventos ocupacionais que, com a informação sobre três deles, pouco se lograva recobrir da sua história ocupacional no lapso dos oito anos pesquisados, de sorte que sua situação rapidamente se tornava “ignorada”.¹² Assim, a falta de informação é, ela mesma, uma pista substantivamente relevante sobre a intensidade das transições

10. Esperar-se-ia que tal conjunção (dos assalariados regulares com os desempregados abertos), por representar o cerne das condições típicas dos vendedores de trabalho num mercado capitalista, contivesse a maioria dos que se apresentavam no mercado (estando, assim, ou regularmente ocupados ou regularmente desempregados).

11. E essas eram especialmente intensas. Conforme dados da PED-RMS, sabemos que, nesse momento, nada menos que 3/4 dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho a cada 12 meses.

12. Vale ressaltar, contudo, que a base é sempre capaz de responder pela situação ocupacional da maioria dos entrevistados e, mesmo no momento mais longínquo (janeiro-março de 1994), quando a *performance* seria pior, podemos ainda localizar 53% dos respondentes.

ocupacionais a que estavam sujeitos tais indivíduos. E eles eram, como se vê no gráfico 3, parcela significativa da amostra.

Diante disso, parece ser possível afirmar que ao apresentar-se ao trabalho na metrópole paulista nos anos 1990, a maioria dos indivíduos arriscava-se a intensas transições entre situações ocupacionais, dada a recorrência com que o desemprego os atingia, fragilizando os seus vínculos empregatícios. Nesse sentido, o padrão de transição ocupacional, prevacente poderia ser descrito por duas características principais.

Em primeiro lugar, ele se fundava, então, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada pelo “desemprego recorrente”, para diferenciá-lo do fenômeno do “desemprego de longa-duração”, que se manifesta com clareza (ainda que em graus distintos) em outras regiões metropolitanas mundiais, onde a institucionalização do desemprego sob sólidos regimes públicos de *welfare*, duradouros e inclusivos, facultava ao trabalhador permanecer em desemprego aberto enquanto procurava trabalho, usando, para tal, o suporte do sistema de proteção institucionalizado.¹³

Em segundo lugar, esse modelo de transição entre situações no mercado de trabalho parece contemplar – e de modo ordinário – tanto a mobilidade entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, a que ocorre nos limites internos ao mercado, como analiticamente costumamos entendê-lo), como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a que ocorre para além dos seus limites, pelo trânsito entre ocupação ou desemprego e inatividade). Ora, um trânsito ocupacional que ultrapassa as bordas do mercado de trabalho é usualmente esperado em momentos determinados do ciclo de vida: seja no início deste (quando se ingressa na ocupação, deixando a inatividade, movimento que ocorreria na passagem da juventude para a idade adulta, ao final do ciclo escolar) ou ao seu final (quando se deixa o mercado de trabalho, depois de uma longa vida ativa). Diferentemente dessa expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho em que uma norma salarial foi institucionalizada, no caso de São Paulo, mover-se cruzando as fronteiras de saída do mercado, mostra-se um tipo de transição tão banal quanto se mover entre ocupação e desemprego. Ademais, longe de ser este um padrão restrito a um grupo social, circunscrito e marcado pela progressiva desafiliação (CASTEL, 1998), no caso paulistano, isso pode ser flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa.¹⁴

13. Para uma análise comparativa com outras metrópoles sujeitas a distintos regimes de *welfare* e formas de institucionalização do desemprego, ver Guimarães (2004, 2006).

14. Conquanto desigualmente distribuído entre homens e mulheres, negros e brancos, como documentamos em outra oportunidade (GUIMARÃES; SILVA; FARBELOW, 2004).

Nesse contexto, o que ocorre com os jovens no que concerne às suas transições entre situações ocupacionais? Para abordar de modo mais preciso o assunto, dois cuidados metodológicos adicionais foram tomados. Por um lado, foi reduzido o tempo de retroação na análise, de modo a atenuar o elevado número de situações “ignoradas”.¹⁵ Em vez de oito anos (entre 1994 e 2001), foi observado um lapso de tempo menor, compreendido entre 1997 e 2001, período relativamente homogêneo em que o mercado mostrou-se mais desfavorável aos demandantes, depois da curta reanimação que se seguiu ao Plano Real. Por outro, com base na análise fatorial e de *clusters*, procurou-se investigar que padrões de trajetória eram passíveis de ser identificados.¹⁶ Essas iniciativas tornaram a análise mais robusta que a simples observação de tipo *repeated cross-section* apresentada no gráfico 3 e reiteram, de forma mais sólida, as conclusões dele depreendidas.

A tabela 1 confirma o achado do gráfico 3, e deixa entrever que a trajetória de desemprego duradouro se constituía no padrão menos relevante na RMSP

TABELA 1
São Paulo: classes de trajetórias dos trabalhadores ativos – 1997-2001

Tipos de trajetória	%	Absolutos
Desempregados/inativos	29,0	15.397
Ignorado	27,8	14.772
Assalariado com carteira/funcionário público	23,2	12.312
Autônomos	7,6	4.016
Assalariado sem carteira	5,3	2.805
Domésticos	3,9	2.082
Desempregados	3,4	1.786
Total	100,0	53.170

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa “PED-Mobilidade Ocupacional”, São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

15. Assim fazendo, pretendeu-se reduzir o inevitável efeito de lapsos de memória e também contornar outra dificuldade, a da inadequação entre a extensão do tempo que se pretendia recobrir, por um lado, e o número de eventos possíveis de serem captados num questionário que tinha o limite de ser um suplemento a um instrumento de tipo transversal (como foi o caso do que levamos a campo como um módulo da PED). Isso porque, quando as transições entre situações tendem a ser elevadas, dadas a estrutura do mercado e a forma de institucionalização do desemprego, três eventos podem formar uma seqüência reduzida, razão pela qual acreditou-se ser de bom alvitre reduzir o escopo de tempo que seria recoberto.

16. Para identificar os padrões de trajetória, os indivíduos tiveram sua situação *vis-à-vis* o mercado de trabalho identificada, mês a mês, numa classificação com nove categorias em que se combinavam critérios de condição de atividade e de posição social: empregador, assalariado com carteira, assalariado sem carteira, empregado doméstico, trabalhador autônomo, desempregado, inativo, desempregado ou inativo (caso em que não foi possível precisar qual condição prevalecia) e sem informação. A análise fatorial foi, então, processada a partir da matriz tridimensional que continha esses nove tipos de situação, por 60 meses, por 51.140 casos (no caso do conjunto da amostra).

(apenas 3,4% dos indivíduos a perfaziam), mesmo numa conjuntura de ampliação significativa das taxas de desemprego e, com isso, do risco persistente de perda de trabalho regular. As situações excepcionais e atípicas (ante os percursos duráveis no assalariamento regular com carteira, 23%, ou sem carteira, 5,3%, ou, ainda, no desemprego duradouro, 3,4%) reuniam a maioria dos casos. Com efeito, a maior parte dos cerca de 50 mil entrevistados apresentava padrões de trajetória indicativos de que tais trabalhadores circulavam pelo desemprego e inatividade (29% dos casos) ou estavam sujeitos a tão intensa mobilidade, que se tornava impossível tipificar um padrão dominante em seus percursos (os novamente “ignorados”, com 28% dos 53.140 entrevistados na amostra estudada). Esses revelavam um padrão de instabilidade ocupacional teoricamente esperado apenas dos mais jovens, que tentavam o ingresso no mercado.

Mas, nesse caso, que se passava com esses jovens? As tabelas 2 e 3 nos permitem aproximações interessantes. Na tabela 2, organizou-se a informação de modo a antepor um grupo geralmente considerado como “jovens” (16 a 25 anos) e um grupo de “não-jovens” (ou “adultos”, se quisermos assim denominar aqueles com 26 anos e mais).

A diferença nos padrões de trajetória de “jovens” e “adultos” logo se destaca. Entre os primeiros predomina, e em ampla proporção (46% dos casos), um tipo de trajetória errática que se poderia considerar “tentativa”, em que o ingresso duradouro no mercado ainda não se consolidou, fazendo com que os indivíduos adentrem e saiam, circulando com frequência entre o desemprego e a inatividade.

TABELA 2

São Paulo: classes de trajetórias de “jovens” e “adultos” – 1997-2001

(Em %)

Tipos de trajetória	16-25 anos	26 e +
Desempregado/inativo	45,8	21,3
Ignorado	19,0	31,9
Assalariado com carteira/funcionário público	18,4	25,6
Assalariado sem carteira	6,8	4,3
Autônomo	3,8	9,1
Desempregado	3,4	3,3
Empregado doméstico	2,8	4,5
Total	100,0	100,0

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa “PED-Mobilidade Ocupacional”, São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

Entretanto, ainda entre esses “jovens”, destaca-se um outro grupo, quase tão importante quanto o primeiro (com 37% dos casos), duradouramente integrado ao mercado: alguns (18% deles) passam o período 1997-2001 em posição estável, como assalariados com carteira ou funcionários públicos; outros (19%, parcela quase igual à anterior), vivem-no sob o signo de tão intensa circulação entre situações que não há como identificar um tipo dominante de trajeto no qual o dominante é o trânsito recorrente entre posições no mercado de trabalho, ou seja, a insegurança é a norma.

E quanto aos “adultos”? Se eles se distribuem majoritariamente entre os mesmos três tipos de percurso em que se concentravam os jovens, tal distribuição tem distinções não-desprezíveis. Em primeiro lugar, dominam as duas classes de trajetória em que a inserção duradoura no trabalho parece ter se consolidado, embora de maneiras distintas; assim, a circulação entre desemprego e inatividade reduz-se significativamente, com a metade do peso que tinha entre os “jovens”. A par disso, chama a atenção a importância do grupo que duradouramente se integra pela via do emprego assalariado protegido e de melhor qualidade (25%); rivalizando com esses estão os de inserção tão frágil e de tão intenso trânsito entre situações que sequer um padrão de trajetória pode ser identificado – o seu padrão é a “despadronização” (31%). Por certo, e tanto quanto entre os jovens que perfazem um ou outro desses dois últimos tipos de percurso, estamos diante de indivíduos oriundos de grupos socialmente distintos segundo a capacidade de comando sobre as condições de competição no mercado de trabalho.

Finalmente, um último aspecto a salientar. Seja entre “jovens” ou entre “adultos”, o trabalho sem registro não parece durável a ponto de configurar padrões de percurso estável; apenas 6,8% dos jovens e 4,3% dos adultos apresentam, no período, trajetórias que os mantêm duradouramente no circuito de empregos informais. Isso se torna elucidativo se tivermos em conta que esse é um contexto de notável contração do emprego formal e de significativa expansão do assalariamento sem carteira. Talvez não fosse descabido inferir que, fora da proteção normativa do vínculo registrado, a capacidade individual de fazer valer direitos informalmente pactuados é tão reduzida e a fragilidade dos vínculos é tão significativa, que percursos duráveis no mundo dos empregos informais não chegam a constituir um modelo numericamente relevante de trajetória ocupacional agregada.

Neste ponto da análise talvez seja possível arriscar uma primeira resposta à principal questão que nos interessa: quando o mercado de trabalho mostra uma tendência à crescente transitoriedade de vínculos e reflete padrões inusuais de entrada e saída da atividade, seria possível crer que se diluem as antigas diferenças

entre adultos e jovens e que a transição para o trabalho, tal como tradicionalmente pensada, replica-se agora num incessante processo de buscar o quase inatingível (o vínculo duradouro e protegido), o que, para uma grande maioria dos trabalhadores, se alonga pela vida ativa? Diria que não. Apesar das inquietantes aproximações entre trajetórias típicas manifestas entre “jovens” e “adultos” e, em especial, a despeito da importância dos percursos de trânsito entre desemprego e inatividade entre “adultos” e da avassaladora presença, entre uns e outros, das trajetórias despadronizadas, ditas “ignoradas”, o grupo de 16 a 25 anos certamente pode seguir sendo caracterizado pela sua mobilização em busca de inserção no trabalho e conseqüente autonomização de *status*.

Entretanto, que dizer da forma como se dá esse movimento de autonomização de *status*, dados os novos ritmos em que os eventos da transição passam a se dar no Brasil entre os anos 1980 e 2000, e dada a nova realidade dos nossos mercados (especialmente metropolitanos) de trabalho, a partir dos anos 1990? Para tal, há que retornar aos dados, observando-os de modo algo diferente.

Tomando-se como ponto de vista as recentes transformações nas temporalidades do ciclo de vida e seguindo as pistas da interpretação proposta por Camarano, Mello e Kanso no capítulo 2, procurou-se focalizar com maior precisão os dois grupos etários anteriormente analisados, flagrando padrões típicos de trajetórias de inclusão *ao longo do seu processo de crescente integração ao mercado*. Para tanto, na tabela 3, aqueles antes analisados foram recategorizados, de modo a permitir a melhor observação dos três subgrupos. Um primeiro, formado pelo contingente dos mais “jovens” (16 a 25 anos), em cuja faixa etária certamente encontrar-se-ão os beneficiados pela extensão recente dos ganhos de escolaridade, de nível médio inclusive, e que, por isso mesmo, devem ter alongado a permanência no sistema escolar, no mais das vezes dividindo-se entre escola e trabalho, e em muitos casos almejam chegar agora aos estudos universitários. Um segundo subgrupo é formado pelos que chamarei de “jovens-adultos” (26 a 29 anos); entre eles, domicílio próprio e por vezes família já terão sido constituídos e, por isso mesmo, a pressão pela urgência da inserção, dados os papéis sociais que lhes são associados, já deve se fazer sentir com intensidade. Um terceiro subgrupo se constitui por “adultos”; no entanto, a definição etária desse grupo foi alterada para focalizar apenas aqueles entre 30 e 45 anos, de modo a observar de maneira privilegiada o contingente de pessoas cuja idade, vistos os dados de Camarano, Mello e Kanso, as localiza no momento de maior integração à atividade econômica.

O interesse, na tabela 3, volta-se então para identificar, diferenciando, os possíveis elos entre grupos etários e três tipos de caminhos no mercado de trabalho:

as trajetórias-tentativas, as trajetórias de inserção e as trajetórias dos inclusos. Para melhor explorar a natureza da trajetória, acrescentou-se a informação sobre o rendimento familiar médio dos indivíduos classificados em cada um dos tipos. Os resultados revelam padrões distintos de inserção num mercado incerto.

TABELA 3

São Paulo: classes de trajetórias de “jovens”, “jovens-adultos” e “adultos” – 1997-2001
(% da renda familiar)

Tipos de trajetórias	16-25 anos		26-30 anos		30-45 anos	
	%	Renda familiar	%	Renda familiar	%	Renda familiar
Assalariado com carteira/funcionário público	18,4	1.682	39,3	1.627	32,4	1.537
Assalariado sem carteira	6,8	1.501	6,7	1.688	7,1	1.962
Autônomo	3,8	1.424	6,9	1.463	10,7	1.611
Empregado doméstico	2,8	1.174	4,8	1.105	5,9	1.019
Desempregado/inativo	45,8	1.619	20,9	1.298	18,1	1.137
Desempregado	3,4	784	3,5	830	3,5	767
Ignorado	19,0	1.171	17,9	915	22,3	1.071
Total/renda média	100,0	1.481	100,0	1.363	100,0	1.337

Fonte: CEM/Seade, Pesquisa “PED-Mobilidade Ocupacional”, São Paulo, 2001. Processamentos próprios.

O primeiro achado a confirmar as observações anteriores diz respeito à diferença entre os “jovens” e suas trajetórias-tentativas, por um lado, e os “jovens-adultos” e “adultos”, cujos percursos são marcados pela inserção duradoura no mercado de trabalho, por outro. Nota-se que a entrada e saída do mercado (expressa no tipo de trajetória desemprego/inatividade) reduz-se significativamente a partir dos 26 anos, o que denota a especificidade dos percursos dos “mais jovens”. Vale ressaltar, ainda, que essas trajetórias-tentativas, de compromisso menos duradouro com a permanência no mercado, são feitas pelos que se localizam em famílias com mais alto rendimento médio, o que lhes permite, ao modo como esperado nos “bons tempos”, perscrutar o mercado, entrando ocasionalmente ou mantendo-se à procura de trabalho em momentos de maior oferta de empregos temporários, e saindo quando mais conveniente, provavelmente num tipo de trajetória ainda fortemente marcada pela importância dos estudos. Mas nem sempre esse é o caso; no outro pólo estão os jovens que se mantêm duradouramente no mercado, em trajetórias incertas e despadronizadas, provindo de famílias com mais baixo rendimento médio mensal, em que é provável a maior compulsão à inserção no trabalho.

Um segundo achado aparentemente desafiador vem da comparação entre os aqui denominados “jovens-adultos” e “adultos”. À primeira vista, os primeiros pareceriam capazes de lograr uma inserção bem mais favorável no mercado que os segundos, o que desafiaria a idéia inicial de que entre os 30 e 45 anos os indivíduos viveriam o momento áureo de inserção no mercado. Isso porque os “jovens-adultos” parecem ter maior capacidade de se manter em empregos formais e protegidos que os “adultos”. Todavia, se considerarmos o conjunto das classes de trajetórias e os rendimentos médios nas mesmas, a interpretação possível pode tomar outro rumo. A consolidação da posição no mercado de trabalho dá aos adultos a chance de estabelecerem-se como autônomos, gerindo um negócio próprio (quase 11% deles) ou de manterem-se fora do circuito do trabalho formalmente registrado (7% deles), auferindo, em ambos os casos, um rendimento substancialmente mais elevado que a média e que o auferido por “jovens” adultos em trajetórias similares. Isso denota a clara diferença em termos de comando das condições da própria inserção no trabalho, mais provável entre os que se encontram na plenitude da sua inserção que entre os que negociam a persistência no mercado, mesmo se em condições mais favoráveis, num emprego registrado.

Resumindo: padrões de trajetória parecem variar de modo não-desprezível quando tomamos em conta esses três grupos de idade que representam três situações diferentes *vis-à-vis* o ciclo de vida e a transição para o trabalho. Mesmo num contexto de crescente fragilização de vínculos, que afeta a todos, a maneira como tal fragilização atinge cada um desses grupos parece ser específica dada a etapa do ciclo de vida em que se encontram.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AMADEO, E.; BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; PERO, V.; URANI, A. *Human resources in the adjustment process*. Brasília: Ipea, 1993 (Textos para discussão, n. 317).
- BARROS, R.; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. *Is poverty the main cause for child work in Brazil?* Rio de Janeiro: Ipea, 1994 (Texto para discussão, n. 351).
- BECK, Ü. *Risk society*. Londres: Sage Publications, 1992.
- . *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- .; BECK-GERNSHEIM, E. *Individualization. institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres: Sage Publications, 2002.
- CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo: Vozes, 1998.
- . Les jeunes ont-ils un rapport spécifique au travail en France? In: CHARLOT, B.; GLASMAN, D. (Eds.). *Les Jeunes, l'Insertion, L'Emploi*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p. 287-298.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Malden, MA, e Oxford: Blackwell, 1996.
- CEM/SEADE. *PED – mobilidade ocupacional*. São Paulo, 2001.
- COMIN, A. *Mudanças na estrutura socioocupacional do mercado de trabalho em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001 (Texto para discussão, n. 797).
- COSTA-RIBEIRO, C. A. *The Brazilian class structure*. Ph.D. Dissertation, Columbia University, New York, 2002.
- DEDECCA, C.; BRANDÃO, S. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: APPY, B. et al. *Crise brasileira: anos 80 e Governo Collor*. São Paulo: CGIL/CUT/Desep, 1993, p. 307-350.
- . MONTAGNER, P. *Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho*. Considerações sobre o caso brasileiro. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, out. 1993 (Texto para discussão, n. 29).
- .; ———.; BRANDÃO, S. *Recessão e reestruturação econômica: as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho na década de 90*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1993.
- DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnelle en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Eds.). *Les Jeunes et L'Emploi dans les Villes de l'Europe et de l'Amérique du Nord*. Paris: Editions de l'Aube, 2001. p. 111-123.
- GIDDENS, A. *Más allá de la Izquierda y la Derecha*. El futuro de las políticas radicales. Madrid: Ed. Cátedra, 1998.
- GORZ, A. *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Ed. Galilée, 1997.
- GUIMARÃES, N. A. *Caminhos cruzados*. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34 e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2004.
- . Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.
- . Unemployment and occupational transition: trajectories and perceptions. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Eds.) *The unemployed and unemployment in an international perspective*. Comparative studies of Japan, France and Brazil. Tokyo: Institute of Social Science, University of Tokyo, 2006, cap. 3, p. 42-67.
- . HIRATA, H. S.; MONTAGNER, P.; SUGITA, K. Desemprego: mercados, instituições e percepções. Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, nov. 2004, p. 257-288.

———. (Coord.) *Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, 2003. São Paulo. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/final_desemprego.pdf>. Acesso em: 7 agosto 2006.

———.; SILVA, P. H.; FARBELOW, M. V. Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor. São Paulo numa perspectiva comparada. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 8. Painele 50, Coimbra, 15-18 de setembro de 2004. *Comunicação...* Coimbra, 2004. 28 p.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Iuperj e TopBooks Editora, 2003. p. 147-172.

———.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Iuperj e TopBooks Editora, 2003.

KERCKHOFF, A. C. *Getting started: transition to adulthood in Great Britain*. Boulder, CO e Oxford: Westview, 1990. 216 p.

MATTEO, M.; TAPIA, J. A reestruturação da indústria paulista e o ABC. In: GUIMARÃES, N. A.; LEITE, M. P. (Orgs.). *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. São Paulo: Cebrap, 2003. cap. 1, p. 3-30.

MAURICE, M.; SELIER, P.; SILVESTRE, J.-J. *Politiques d'éducation et organisation industrielle. Une comparaison France-Allemagne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

MONTALI, L. T. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jul.-dez. 2004.

OCDE. *Youth unemployment: causes and consequences*. Paris: OCDE, 1980.

OFFE, C. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 5-20, jun. 1989. Traduzido da versão inglesa.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

ROSENBAUM, J. E.; KARIYA, T. From high school to work: market and institutional mechanisms in Japan. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 6, p. 1.334-1.365, 1989.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj – UCAM, 1999.

SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. *From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations*. Oxford: Clarendon Press, 1998. 550 p.

SILVA, N. V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003. cap.1, p. 37-54.

URANI, A. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. *Lua Nova*, n. 35, p. 5-38, 1995.

